

28 de julho 2021

ISSN 1094-5296

TORRUELLA, Joaquin Brugué; MARTINS, Simone; NEBOT, Carmen Pineda.
(Orgs.) **Uma nova democracia para o século XXI?** Viçosa: MG, 2020.

331 páginas

ISBN: 978-65-00-11521-5

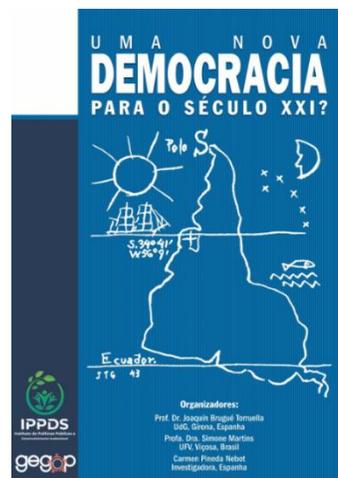
Resenhado por Rodrigo Ferreira Rodrigues
Instituto Federal do Espírito Santo
Brasil

A obra apresenta como eixos centrais de discussão as diferentes concepções, práticas de democracia e cidadania que se desvelam na história e em diferentes contextos tendo como foco principal a reflexão sobre “uma nova democracia para o século XXI” tema que, segundo os organizadores da obra, perpassa a existência humana em sociedade em mais de dois séculos.

O livro conta com a colaboração de acadêmicos brasileiros e espanhóis de diferentes instituições nacionais e internacionais dentre as quais destacam-se o Grupo de Trabalho Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP/UFV) em parceria com o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Deste modo, a obra aborda temas de importância e relevância para o campo das políticas e práticas democráticas sendo este o eixo central da obra é abordado de forma transdisciplinar o que, considerando-se a complexidade temática, revela ao menos tempo tanto a potencialidade quanto a fragilidade dos debates em tela pelas inflexões que se estabelecem em diferentes âmbitos das discussões.

Essa pluralidade de vozes oferece uma diversidade de visões sobre o tema central do livro que se desenvolvem com a intenção de apresentar análises sobre o passado em razão de alternativas possíveis e, portanto, em processos e momentos de transformação (Parte I), reconhece participações transbordadas de cidadania (Parte II), reflexões mais centrais sobre Democracia Direta (Parte III) e Democracia indireta (Parte IV), o que culmina em processo de democracia em disputa (Conclusões).



Trata-se, portanto, de uma

(...) compilação de reflexões, abordagens e experiências sobre novos enfoques no campo da democracia, (...) de deliberações, de transparência e boa governança. (p. 06)

Temas, portanto, importantes aos estudos em políticas públicas em educação nos dois países, ainda que a ideia de governança, no campo das políticas educacionais possa figurar de forma controversa e, por vezes, polêmica.

Neste mesmo sentido, frisa-se a relevância da discussão sobre democracia e suas várias formas sendo este também um tema atual e necessário para o campo das políticas públicas e de garantia do direito social à educação de qualidade socialmente referenciada.

Desde a capa, na qual se apresenta a obra de arte “América invertida” (1943), de Joaquín Torres García, a primeira parte discute a crise (global) da representação, frente aos desafios tecnológicos, populistas e os limites institucionais modernos.

Os autores remontam os princípios basilares para a democracia moderna destacando os pensamentos de Rousseau (1762/2010) e John Stuart Mill (1861/1980), para o primeiro a democracia verdadeira é direta e soberanamente “popular inalienável, contrário às práticas de representação por considerá-las uma fraude e uma usurpação do poder” (p. 18). Já o segundo autor considera a democracia como bom sistema representativo que favoreceria a igualdade universal sobressaindo-se “contra a verdade, a justiça e todos os outros interesses seccionais juntos” (p. 18).

Assim, desenvolve-se toda a primeira e segunda parte da obra na perspectiva de remontar o processo histórico de constituição da democracia moderna, com destaque à democracia estadunidense (capítulo 5) levada às últimas consequências, sob os princípios neoliberais modernos no governo de Donald Trump, retrocedendo sob muitos aspectos e direitos conquistados.

A partir destes princípios e práticas retomados dos modelos democráticos discutidos inicialmente desenvolvem-se a reflexão sobre outros modelos de participação democrática de modelo participativo em detrimento da democracia representativa (p. 133) “de relação de comunicação aberta e cooperativa entre Estado e sociedade” (p. 134) afirmando que um “bom governo implica em equilíbrio entre as ações que compreendem o processo de realizações de demandas e as disponibilidades de recursos, buscando eficiência dos processos para alcançar a otimização dos resultados almejados no cenário de suas possibilidades e disponibilidades.” (p. 134)

Sob a égide de um governo aberto, no campo da gestão pública em diferentes contextos, impelidos pela Globalização e a autonomia local, como apresentado no capítulo 7 “O caso de Barcelona” (p. 111) com a democracia participativa, se destaca, no âmbito da micropolítica local, a qualidade desse modelo em otimizar resultados em termos de qualidade democrática como estrutura natural do Estado com diferentes ações de participação ativa do cidadão, relatadas no capítulo.

Na segunda parte da obra, ressaltam-se categorias temáticas como bom governo, transparência, participação e controle social, transformações democráticas e oportunidades de democracia direta, que poderia ser o mote da Parte III da obra, mas só virá à discussão na Parte IV.

Os organizadores da obra optaram por discutir a Democracia deliberativa destacando “o papel dos conselhos como espaços deliberativos: o caso espanhol” (p. 202) e trazendo os temas “Participação social e conselhos de políticas públicas no Brasil” (p. 213) apresentando, inclusive, um estudo de caso de “ação pública, participação e construção de política pública de mobilidade urbana na Amazônia paraense” (p. 231).

Encerra-se essa terceira parte da obra com uma discussão sobre limites e potencialidades da democracia deliberativa para a Administração Pública Democrática de modelo crítico e aporte teórico em Jürgen Habermas.

Assim, inicia-se o capítulo 16 apresentando esse aporte com comentadores da obra da Habermas sem, contudo, trazer a fonte primária (obras do próprio autor) para estabelecer sua compreensão.

Entende-se, contudo, que a partir dos comentadores de Habermas a democracia deliberativa fundamentada sob dois princípios: “o de ‘um novo direcionamento à compreensão de emancipação social, pautado nas condições necessárias e processos de entendimento livre de coerções’; e o segundo seria ‘um núcleo normativo centrado nas pretensões radical-democráticas de auto-organização de uma comunidade jurídica’ conforme entendimento de SILVA (2011, p. 310), (p. 244).

Propõe-se, por fim, a Administração Pública Deliberativa como alternativa destacando essa implementação: pela via do diálogo e participação social, liderança mediadora, Transparência, criatividade, deliberação, gestão de conflitos com atores diversificados,

A última seção da obra revisa

(...) a proliferação de discursos e experiências de democracia direta por meio de uma revisão contextual e conceitual da democracia direta e, em seguida, concentrando-se em experiências como orçamento participativo e consultas aos cidadãos realizadas no nível local. (p. 259)

onde a categoria em destaque é o empoderamento da cidadania no seu pleno exercício apresentando reflexões sobre orçamento participativo e cinco experiências locais de consultas de cidadãos na Catalunha entre 2014 e 2018 e que versaram sobre temas locais variados.

Segundo os autores, essas experiências permitem afirmar que “processos de participação, servem para aprofundar a melhoria da democracia e o compromisso dos cidadãos” (p. 286).

No capítulo 19, em especial, são apresentados dados estatísticos da população consultada sobre os temas e as ações que se desdobraram das diferentes consultas.

Conclui-se a obra com o Capítulo 20 que versa sobre “A democracia em disputa” em que a autora (Valéria GIANNELLA) apresenta uma contextualização latino-americana de dois países em que se reconhece essa disputa de modelos democráticos (Chile e Brasil) e aborda a complexidade de reflexão sobre o tema da democracia e cidadania, motes norteadores da obra como um todo e o prelúdio de um fim da democracia moderna?

Discussão que a autora aborda sob a perspectiva trazida por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em sua obra “Como as democracias morrem” (2018) e a partir desta reflexão, outras que se desdobram por diferentes autores, como a possibilidade de se pensar uma pós democracia (CROACH, 2000); “Democratizar a Democracia” (SANTOS, 2016); recessão democrática (DIAMOND, 2015), dentre outras problematizações de sua própria autoria a partir das quais elabora suas questões norteadoras: A democracia é um valor em si? Democracia, para que e para quem? Participar, como?

Conclui a obra reconhecendo a inconclusão das reflexões que ocorrem em processo de transformação e movimento contínuo, ambíguo e complexo, ressaltando a crise do modelo liberal de democracia vigente apostando “na gestão social, dialógica e integradora das tantas e diversas culturas, visões e formas de se estar, conviver e interpretar o mundo” (p. 324)

De formal geral, a obra e as discussões que se desenvolveram ao longo dos vinte capítulos captam os diversos aspectos que desafiam democracias mais ou menos desenvolvidas. São revelados aspectos como a participação ativa e o controle social como categorias presentes e importantes para o aperfeiçoamento do que podemos denominar de democracia hodierna.

Ao olhar para o cenário brasileiro, é importante considerar que a democracia instituída pela Constituição Federal de 1988 abre espaço para a participação popular e revela sua potência no contexto pós regime militar pela via das associações, coletivos, colegiados, fóruns populares etc.

Dentre as primeiras ações do governo de Jair Bolsonaro, em 11 de abril de 2019 sob a regulamentação do Decreto 9.759 o presidente extinguiu diversos colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que incluem grupos como comitês e comissões, instituídos via decreto, ato normativo inferior ao decreto e ato de outro colegiado.

Entretanto tem-se, desde 2016, acentuada na eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República, em 2018, uma intensa inflexão conservadora de grandes proporções, com impactos em diversos setores da sociedade.

A medida impactou, especialmente, conselhos criados durante as administrações de Lula e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) e que compunham o Plano Nacional de Participação Social.

Nesse contexto, as políticas públicas brasileiras, e talvez latino-americanas e mundiais, sofrem sérios e graves retrocessos. Estamos diante da desconstrução de direitos expressos no desmonte de conquistas sociais alcançadas ao longo das últimas décadas e nos retrocessos no campo da democracia e da participação social nas políticas públicas, inclusive da educação.

Referências

- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar. p. 7-36; 144-148, 2018.
- CROUCH, Colin. **Coping with Post-Democracy**. London, The Fabian Society. 2000,
- DIAMOND, Larry. “Facing Up to the Democratic Recession.” **Journal of Democracy**, 26, no. 1, p. 141–55, 2015.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para una democracia de alta intensidad. In SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar la Teoría Crítica y Reinventar la Emancipación Social: Encuentros en Buenos Aires**, 2016.
- SILVA, Felipe Gonçalves. Habermas e a Constituição do Estado Democrático de Direito: Um Possível Diálogo entre o Lado de Cá e o Lado de Lá da Linha Abissal. **Caderno CRH**, , 24 (62), 307-330, 2011.

Acerca do(a) Autor(a) da Resenha

Rodrigo Ferreira Rodrigues, professor e pesquisador no Instituto Federal do Espírito Santo, onde leciona, no campus Cariacica os componentes curriculares de Filosofia e Educação. Integra atualmente o quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades atuando na linha temática de Políticas e práticas de gestão e docência na educação básica pública.



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Education Review/ Resenhas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Education Review/ Resenhas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. O conteúdo de 1998-2020 da *Education Review / Reseñas Educativas / Resenhas Educativas* foi publicado sob uma licença CC diferente: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0>

Nota: Os pontos de vista ou opiniões apresentadas nas resenhas de livros são exclusivamente do (s) autor (es) e não representam necessariamente os da revista.

 *Education Review/ Reseñas Educativas/ Resenhas Educativas* está no Facebook no Twitter @EducReview